

## OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ NO ESTADO DA PARAÍBA E SUA INSERÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA NO MOVIMENTO DE LUTA POR DIREITOS SOCIAIS

Adinari Moreira de Sousa.\*

### RESUMO

A inserção política dos atingidos pela construção de barragens no Brasil tem ocorrido pela resistência dos sujeitos ao processo de destruição do lócus onde construíram suas vidas e seus valores culturais. Na Barragem de Acauã, aproximadamente 800 famílias, totalizando 4.500 pessoas, foram atingidas com sua construção. Uma obra de tal envergadura, deveria ter propostas discutidas com toda a comunidade de reassentamento das famílias, o que não foi concretizado. Daí a luta por seus direitos que teve como parceiros e mediadores a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Associação do Semi-árido da Paraíba (ASA-PB) e o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (MAB).

**Palavras chaves:** direitos sociais, movimentos sociais, sujeitos coletivos.

### ABSTRAT

The political insertion of those affected by dam building in Brazil has happened by resistance against the destructive process of local where they built their lives and cultural values. In the case of Acauã Dam, approximately 800 families, totalizing 4.500 people, have been affected by its construction. In case of such important dams, the resettlement proposals should be discussed with the community, which did not happen. So these people struggled for their rights and have had as partners and mediators the Federal University of Campina Grande (UFCG), the State University of Paraíba (UEPB), the Semiarid Association of Paraíba (ASA-PB) and the National Movement of People Affected by Dams (MAB).

**Key words:** social rights, social movements, collective subjects.

## 1 JUSTIFICATIVA

A inserção política dos atingidos pela construção de barragens no Brasil tem ocorrido pela resistência dos sujeitos que tiveram seus lugares onde viveram e construíram

toda sua vida e os valores culturais que compõem seu cotidiano<sup>1</sup> destruídos.

---

\* Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Serviço Social UFPB na área de Políticas Sociais.

<sup>1</sup>“O cotidiano aqui apreendido como espaço de reprodução da vida social (...). A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade. Nele

Os atingidos por Barragens têm consciência de suas perdas e sinalizam para perceberem as contradições da lógica da sociedade ao sentir e ver deterioradas as condições de vida e trabalho de milhares de famílias. Mas o capitalismo tem em sua lógica essas proezas: rima desigualdade social com progresso e deixa à margem milhares e milhares de vítimas em sua voracidade por lucros. Na contemporaneidade, o avanço tecnológico, configurado na desencadeada revolução tecnológica e no desenvolvimento do Estado Neoliberal, com a seletividade dos gastos sociais e do atendimento à direitos sociais, têm contribuído para o agravamento da pobreza e a ineficiência das políticas públicas<sup>2</sup>.

Esses sujeitos sociais, como os demais excluídos do “progresso neoliberal” vem sendo historicamente “objeto” de descaso das elites no poder que ao construírem essas grandes obras, que, deixa a mercê da sorte milhares de famílias. Segundo a direção nacional do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens – MAB, são mais de um milhão de pessoas atingidas pela construção de barragens no Brasil e o destino de suas vidas, não tem sido preocupação das elites no poder.

No caso da Barragem de Acauã, aproximadamente 800 famílias, totalizando 4.500 pessoas, foram atingidas com sua construção. Tal problemática social envolve vítimas humanas que não são consideradas pelo Estado Brasileiro, que a rigor, deveriam desenvolver políticas públicas que amenizem ou reintegrem tais sujeitos de seus direitos. O desenvolvimento econômico brasileiro gera desenvolvimento social muito aquém das necessidades humanas, como ressalta MARTINS (2002:11):

...O capitalismo que se expande à custa da redução sem limites do custo de trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais. Por diferentes caminhos essas deformações se disseminam, penalizando a todos e não só alguns (...). A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas humanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos.

Tais formas de participação configuram a esperança de milhares de sujeitos sociais que mediados pela consciência crítica, lutam em seus movimentos para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Irmanados por esta luta é que, enquanto

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba –

---

colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos; todas as suas capacidades intelectuais; suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determinam também naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se nem de longe, em toda a sua intensidade”. (HELLER, 1989: 17)

<sup>2</sup>A partir dos anos 70 o capitalismo passa a buscar novos padrões organizacionais e tecnológicos para retomar o padrão de acumulação. Assim são construídos paradigmas mais flexíveis e mais livres dos pesados encargos sociais e constantes interferências do Estado. O novo padrão encontrado pelas elites é o neoliberalismo, que significa o retorno às leis do mercado da oferta e demanda, redução do Estado, a desorganização das políticas sociais e a desregulamentação das relações de trabalho. No Brasil tal proposta se materializa nos anos 90, com expressiva redução do Estado, crescente privatização de empresas e serviços estatais, redução de recursos governamentais e transferência de responsabilidade do Estado à Sociedade Civil, com retorno e ênfase no assistencialismo e novas estratégias de filantropia.

UEPB no ano de 2002 à 2005 aproximei-me dos sujeitos sociais atingidos pela citada barragem. Pretendia desenvolver ações educativas na implementação de abertura de campos de Estágio Supervisionado em Serviço Social junto a um grupo de alunos e professores da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, coordenado pelo professor de economia Fernando Garcia que desenvolvia assessoria política aos atingidos, com projetos de extensão universitária.

A partir deste contato, passei a participar de várias atividades político-pedagógicas desenvolvidas coletivamente com o MAB e o grupo de Assessoria da UFCG, bem como houve uma aproximação desta problemática no Curso de Serviço Social da UEPB. Evento marcante nessa trajetória foi a organização de um seminário em fevereiro de 2004 para discutirmos o processo de luta dos atingidos de Acauã com a presença das lideranças e o Grupo de Extensão da UFCG. Esse momento fortaleceu nossa inserção no movimento como também na participação de um comitê de apoio aos atingidos, pois as chuvas do mês de janeiro de 2004 agravou a situação dos mesmos.

O movimento de Atingidos por Barragens, especialmente Acauã, representam uma nova ordem política em gestação, construída coletivamente também com o papel dos mediadores . Pesquisar esta realidade é o nosso interesse com participantes desse processo daí a necessidade de construirmos este objeto de pesquisa tanto pela vivência com os sujeitos como na necessidade de contribuir na produção de conhecimentos de uma realidade específica, a dos atingidos por barragens, que no cotidiano, estão construindo e reconstruindo seu processo histórico.

## **2 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DE ESTUDO**

A Barragem de Acauã começou a ser construída em 14 de junho de 1999 e concluída em agosto de 2002. Ela está localizada nas divisas dos municípios de Aroeiras, Itauba e Natuba, todos estes pertencentes ao Estado da Paraíba. As águas atingiram as zonas rurais dos municípios acima e inundaram 06 povoados (Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó), além de 115 imóveis rurais. Até dezembro de 2003 a barragem tinha apenas 5% de sua capacidade de armazenamento. Com as chuvas de janeiro de 2004 a barragem atingiu um patamar de 90% de sua capacidade, o que agravou ainda mais as condições das famílias atingidas, uma vez que tal possibilidade estava alçada, segundo as previsões meteorológicas para dez anos. Assim, foi por demais inesperado a barragem em um mês ter sua total capacidade d'água acumulada, o que ocasionou a completa inundação do povoado de Pedro Velho, locus de resistência e onde nasceram as lideranças do Movimento Social.

Uma obra de tal envergadura pressupõe a necessidade de propostas que contemple o exercício das atividades produtivas, bem como a garantia das necessidades de moradia enfim, o reassentamento das famílias atingidas, o que não foi concretizado, daí a luta por seus direitos<sup>3</sup>, pois os mesmos foram negados pelo Estado. Este, que na conjuntura neoliberal, cria e recria um conjunto de condições que favorecem a acumulação e valorização do capital. Estas condições se expressam, por exemplo, no acúmulo de denúncias de super faturamento da empresa construtora, além do Governador da Paraíba atual e da época, omitir para a população de atingidos e desrespeitar as propostas de impacto ambiental como medidas para amenizar os efeitos adversos ao meio ambiente, ocasionado pela construção da barragem. Estas sugestões estavam elencadas em: reassentamento da comunidade atingida através de projetos produtivos; manejo da fauna; desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica; relocação da infra-estrutura pública atingida; relocação de cemitérios; implantação e monitoramento de faixa de proteção do lago; esgotamento sanitário das cidades ribeirinhas como, Aroeiras, Natuba e Umbuzeiro.

Assim, o movimento social dos atingidos de Acauã se torna visível na sociedade paraibana, na trajetória de suas ações coletivas tendo como apoios os seguintes mediadores: Igreja, Grupo de Extensão da UFCG, Parlamentares de Esquerda, Articulação do Semi-Árido Paraíba (ASA), Movimento dos Sem Terras (MST). Estes serão fundamentais no sentido de publicizar a situação dos atingidos pela Barragem de Acauã e reivindicar do poder de Estado, as seguintes propostas: Pagamento das indenizações pendentes; Reavaliação dos bens levando-se em conta no mínimo os índices de inflação; Construção de moradias adequadas a sua realidade; Terras para construir o seu futuro de agricultor; Projeto de acompanhamento técnico e de crédito, em base a um tipo de assentamento sustentável.

Tais reivindicações configuraram as demandas e utopias que passaram a ser o eixo das ações que o movimento constrói e construiu nesta trajetória de lutas.

Segundo GONH (1997: 255) demandas e utopias são elementos e categorias básicas na análise de um movimento social:

---

<sup>3</sup>A noção de direitos está relacionada à questão de cidadania, segundo T. H. Marschall (1949). Significa a garantia de direitos civis – direito de ir e vir, de imprensa, institucionalizados pelos tribunais de justiça – direitos políticos – de votar e ser votado, exercido por meio do parlamento e governo – e direitos sociais – acesso a um mínimo de bem estar econômico e de segurança com vista a levar uma vida de um ser humano civilizado. Tal conceito fundamentou as sociedades Europeias do Estado de Bem-Estar Welferiano, fundamentando também a sociedade liberal. Outros atores como Weffort (1993), Paoli (1989), Teles (1991), Gonh (1992, 1995), têm análises mais críticas do conceito, analisando-o sobre a ótica dos processos de mudança e transformações sociais dos sujeitos na luta cotidiana pelo atendimento de necessidades sociais. No Brasil nossos direitos sociais sinalizaram como universais na Constituição de 88, mas a década de 90 a hegemonia neoliberal desuniversalizou e assistencializou os direitos, cortando os gastos sociais. A luta pelos direitos constitui mediações complexas de atores/forças sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada.

Os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ação coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. Nas articulações deve-se considerar os níveis internos e externos. No interno, sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sócio-político e cultural em que se inserem seus opositores, as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e articulações com instituições e atores da sociedade civil.

Nas articulações com a sociedade civil, destacamos os mediadores como imprescindíveis, pois exercitam seu compromisso com a sociedade no apoio e reflexão da realidade, bem como vislumbram a possibilidade de se construir outro mundo. Como ressalta FREIRE (1986:17):

...A primeira condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era a sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, a qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser de práxis.

Práxis aqui entendida como ação transformadora, porque nela o homem não só se produz transformando-se a si mesmo, mas constrói com sua ação reflexão o mundo humanizado<sup>4</sup> a seu redor. No exercício da ação e reflexão, elementos essenciais da práxis transformadora, quais foram os limites e as possibilidades de exercício de atos comprometidos de tais mediadores, especialmente a assessoria política da UFCG, na luta de Acauã por direitos?

José de Souza Martins nos coloca a legitimidade do trabalho de assessoria desempenhado por sociólogo (e por intelectuais, de forma geral) quando colocam-se à disposição de determinados grupos.

Não vejo porque possa haver incompatibilidade entre a condição de sociólogo e a de assessor de grupos populares, uma vez que tal incompatibilidade não é mencionada quando sociólogos e antropólogos da Universidade assessoram empresários e cientistas políticos, assessoram partidos e governantes. (MARTINS, 1993: 42).

A assessoria tem desempenhado, junto aos movimentos sociais, um importante papel de interlocutora nas diversas atividades, passando sempre pela questão da formação

---

<sup>4</sup>A construção de uma sociedade humana passa pela valorização das subjetividades, eliminação da alienação e auto-realização dos sujeitos em sua vida cotidiana. "(...) Significa a criação de uma sociedade onde a subjetividade de cada um dos seus membros individuais possa desenvolver a subjetividade de cada grupo, e por último a subjetividade de toda a sociedade". WARREN, Ilse Scherer e KRISCHKE, J. Paulo. Uma Revolução no cotidiano? Os novos Movimentos Sociais na América do Sul. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, pág. 31.

política. Para isso é necessário analisar junto aos atingidos suas possibilidades e seus limites neste processo, levando-se em consideração:

Fortalecer as capacidades e a formação integral dos educadores e educadoras populares, para que possam incidir na ação de pessoas, grupos e movimentos sociais, nos diversos âmbitos de suas atividades educativas, na promoção de processos sócio-culturais libertadores e na elaboração de agendas e políticas públicas em favor da transformação democrática de nossas sociedades e conquista da paz e dos direitos humanos. (SOUZA, 1997:19).

Os movimentos sociais de uma forma geral surgem quando existem possibilidades de comunicação e expressões coletivas. Eles representam a auto-organização dos que estão a margem do desenvolvimento das relações capitalistas e a possibilidade de superação desta realidade desumana. Sujeitos isolados não são capazes de reconhecer sua opressão. Somente no exercício de reflexão e organização dos que vivenciam uma mesma realidade é possível a longo prazo, através de ações essencialmente educativas<sup>5</sup>, especialmente uma educação popular<sup>6</sup> que privilegie na reflexão sistemática sobre a realidade e a práxis transformadora, a experiência de sujeitos coletivos. Assim é necessário o conhecimento crítico das realidades específicas dos sujeitos sociais, respeitando sua história e sua cultura. Nesse sentido, tem o MAB, junto aos sujeitos sociais desenvolvido ações que propicie a real participação dos envolvidos no processo contínuo e sistemático de sua realidade, para entendê-la teoricamente e participar ativamente da luta pelos direitos.

### 3 CONCLUSÃO

---

<sup>5</sup>O processo educativo compreendido aqui como a educação no sentido amplo do termo, como ressalta Nascimento (1996): "(...) todas as relações de intercomunicação onde há uma troca de informação e de aprendizagem mais ou menos mútua, informal ou intencional, que produz mudanças de comportamento pela aquisição de novos conhecimentos, de valores e habilidades". (Nascimento, 1996:16).

<sup>6</sup>VARGAS (1994:106) analisa o pensamento da educadora equatoriana Rosa Maria Torres que destaca sete elementos para a definição de educação popular: A EP é um espaço e ferramenta educativa destinada a potencializar a capacidade de grupos populares para se converterem em sujeitos de seu próprio processo educativo. Se dispõe a contribuir para a transformação social, na construção de uma nova sociedade, tendo a ação como princípio orientador; sua relação com os movimentos sociais, com os conteúdos (que partem da realidade e das necessidades dos grupos populares, valorizando as experiências, o saber e a cultura popular. A EP se define como modelo educativo democrático, buscando romper com o verticalismo, o autoritarismo e, particularmente com a prática bancária na relação pedagógica. É processo integral que rompe com a fragmentação e o divorcio entre teoria/prática, educação/realidade, educação/política, e entre o local e nacional e requer sistematização e investigação. VARGAS, Jorge Osório. As polêmicas e afirmação da Educação Popular na América Latina. In: O pêndulo das ideologias. A Educação Popular e o desafio da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pág.106.

Os movimentos sociais no campo têm transformado os trabalhadores rurais em sujeitos coletivos com poder de contestação às velhas forças agrárias, porque minam por dentro os pilares do autoritarismo da sociedade brasileira. Especialmente o MAB (Movimento de Atingidos por barragens) representa a luta por direitos, negados pelo conservadorismo do Estado brasileiro. Tal movimento nasceu no final dos anos 70 a partir de focos de resistência na região Nordeste, com a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco que atingiu 70.000 pessoas; na região Sul a Usina de Itaipu, Machadinho e Ita e no Norte a Barragem de Tucuruí. Nasce, conjuntamente no bolo das manifestações que representou a ascensão das camadas populares na cena política, lutando pela democratização do país, na reivindicação de direitos sociais no enfrentamento à ditadura militar .

A luta política dos atingidos por barragens só se constituiu como movimento nacional a partir dos anos 1990, quando em 1991 é realizado o Primeiro Encontro Nacional e em 1997 o Encontro Internacional dos povos atingidos por barragens, com a participação de 20 países. Em 2002 os atingidos pela barragem de Acauã passam a fazer parte desse movimento.

Os princípios que regem o MAB, enquanto organização política são: Dignidade e protagonismo, organização nacional, elaboração de um modelo energético alternativo e popular, direção coletiva, articulação política e solidariedade. Diante deste elenco de princípios e valores, como as ações político-pedagógicas desenvolvidas pela direção local do MAB têm propiciado a efetivação dos mesmos? Como os sujeitos que as vivenciam os percebem? Como os atingidos percebem estas ações? Como vêem suas metodologias? : Nas ações coletivas desenvolvidas pela direção do MAB (ocupações, passeatas, seminários, atos públicos, reuniões etc) como os sujeitos sociais através de sua experiência<sup>7</sup> têm apreendido nesse processo? São estas interrogações que me instigaram a realizar este projeto de pesquisa, tendo como objeto perceber as ações político-pedagógicas desenvolvidas pelos atingidos e seus assessores na luta pelos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>7</sup>Experiência aqui entendida como E.P. Thompson que resgatando a história das classes trabalhadoras inglesas, dá ênfase na experiência histórica e cultural das pessoas, não como simples atos de idéias, mas como sentimentos, valores, consciência que acumuladas se sedimentam. Experiência como práxis que surge na luta de classes. "Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem só um caráter acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa". Thompson, 1981. In: Gonh (1997:204).

CALADO, Alder Júlio Ferreira (org.). **Movimentos sociais, estado e educação no nordeste**: estudos de experiência no meio rural. Paraíba: Idéia, 1996.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GONÇALVES, Elisa Pereira (org). **Educação e grupos populares**: temas (re) correntes. Campinas-SP, 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAURELL, Asa Cristina (org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, José de Sousa. *Caminhada no chão da Noite*: Emancipação e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

OLIVERIA, Garcia Fernando. **Assessoria aos atingidos pela Barragem de Acauã, PB**. Série Debates, nº 177, Cadernos de Economia, Edição UFCG, 2003.

SOUSA, Adinari Moreira. **Conflitos e resistências**: O caso Jandaíra – CE. Estudo das políticas agrárias e agrícolas e a resposta dos trabalhadores rurais em seus movimentos sociais no município de Trairi/Ce na década de 80. Dissertação de Mestrado, UFPB, 1996.

SOUZA, João Francisco. Educação popular para o terceiro milênio. In; COSTA, Marisa Vorraber (org). **Educação popular hoje**. São Paulo: Loyola, 1997.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

**Dossiê sobre a situação da população atingida** (mimeo) Campina Grande, Fev. 2004.